

QUANDO A FÉ VIRA **UMA ARMA**

por Oswaldo Coggiola

O islamismo político emergiu das ruínas do nacionalismo árabe como resistência ao domínio estrangeiro, mas esbarra nas próprias contradições

Em setembro de 2006, uma atitude do papa Bento XVI provocou raiva entre as comunidades islâmicas por causa de uma citação de um imperador bizantino do século de XIV. “Mostre para mim o que aquele Muhammad trouxe de novo, e você achará só o mal e coisas desumanas, como a diretiva dele de difundir por meio da espada a sua fé”, disse o atual pontífice a uma platéia da Universidade de Regensburgo, na Alemanha, citando um trecho de uma obra de 1391 do imperador Manuel II Paleólogo. Depois do discurso, milhares de muçulmanos protestaram contra a associação do islamismo com a violência e exigiram que o papa se desculpassem publicamente. Portavozes do Vaticano negaram que o pontífice tivesse como objetivo ofender os muçulmanos. Disseram que ele apenas condenou o uso da religião para promover a violência. Muitos analistas, porém, opinam que o pronunciamento do papa pode indicar uma mudança de postura da Igreja Católica depois da sucessão de João Paulo II, tido como conciliador entre as religiões. Se Bento XVI realmente desejasse condenar o uso da religião como justificativa para a violência, teria começado fazendo um exame de consciência da própria Igreja Católica. Durante séculos, ela promoveu, em nome da fé, a Inquisição, a caça aos dissidentes e às pessoas que professavam outras religiões. Com a cumplicidade da Igreja, conquistadores espanhóis e portugueses promoveram o massacre de populações indígenas no continente americano. Em nome de Deus, o papa Urbano II

promoveu as cruzadas na Idade Média, lembradas pelo banho de sangue contra as populações islâmicas. Até hoje, o Vaticano não pronunciou uma só palavra de autocritica sobre esse passado sombrio. A grande imprensa apressou-se em sair em defesa do papa. Em Israel, a “audácia” do papa foi celebrada. Já no mundo islâmico, a reação foi intensa, com manifestações nas principais cidades e declarações de religiosos e de autoridades políticas, assim como do governo dos 57 países que integram a Organização da Conferência Islâmica.

Esse episódio é um exemplo, entre muitos, de um importante fenômeno de nossa época. Nos tempos que correm, a religião parece ter substituído as ideologias políticas. A politização das religiões é apresentada como fato consumado, que dispensa maiores explicações. Por toda parte, proliferam as advertências acerca do perigo dos “fundamentalismos” respectivos. Somos também alertados para a ameaça de uma espécie de cruzada islâmica contra o Ocidente (cristão) ou acerca do iminente (ou corrente) “choque das civilizações”. Em sentido contrário, surgem vozes favoráveis a um “multiculturalismo” – perspectiva que se contrapõe à existência, real ou potencial, de uma cultura *universal*. Nessa visão “multicultural”, estão excluídas a opressão nacional e as contradições de classe, tornadas insuperáveis em um contexto em que a humanidade é vista como dividida por parâmetros culturais permanentes. A questão da “identidade”, de natureza variável (ét-





Reprodução

nica, cultural, grupal, religiosa, raramente nacional, nunca *de classe*), ocupa o lugar das noções de classe ou de nação. A dinâmica histórica teria tornado a opressão nacional e a exploração de classe irrelevantes ou meros dados suplementares, dentro de um devir histórico determinado pela “cultura”, da qual a religião pareceria ser a expressão concentrada e suprema.

Choque de civilizações?

No processo que culminou com o fim da União Soviética (URSS) e a chamada “morte do comunismo”, na década de 80, duas construções “teóricas” foram oferecidas no mercado ideológico capitalista. Uma delas é a malfadada teoria do “fim da história”, defendida pelo nipo-americano Francis Fukuyama (que previa “séculos de tédio”, em consequência da vitória definitiva da democracia liberal em escala histórica e mundial). Como alternativa a ela, ofereceu-se a idéia do “choque de civilizações”, de

O profeta Muhammad à frente do exército que liderou nas campanhas pela conquista de Meca

Samuel Huntington. Esse polêmico teórico americano argumenta que os valores tidos como basilares do Ocidente têm pouca aceitação pelas outras “civilizações” e, em especial, pelo mundo islâmico. Por isso, o Ocidente deve estar preparado para a defesa dos próprios valores em um futuro conflito mundial que será travado por causa de diferenças “civilizacionais”. No fundo, a idéia de Huntington é a de que existe uma incompatibilidade básica do gênero humano consigo mesmo, em virtude de contradições culturais insuperáveis.

Entre os muitos críticos desse ponto de vista, destacou-se o pensador palestino-americano Edward Said, falecido em 2003. Ele escreveu: “Huntington é um ideólogo, alguém que quer transformar ‘civilizações’ e ‘identidades’ em algo que elas não são, entidades estanques e fechadas, destituídas das múltiplas correntes e contracorrentes que animam a história humana e que, ao longo ▶

QUANDO A FÉ VIRA UMA ARMA



Biblioteca Nacional, Paris

A tomada de
Jerusalém por
Saladino em
1187

dos séculos, tornaram possível que essa história não apenas contenha guerras de religião e conquista imperial, mas que também seja feita de intercâmbios, fertilizações cruzadas e partilhas”.

É preciso ter claro, quando se fala em “choque de civilizações”, que o verdadeiro assunto é o suposto desafio do Islã ao Ocidente – questão que só pode ser entendida por meio de suas raízes históricas. A gênese do islamismo como movimento religioso-político está relacionada com a queda do Império Otomano e a abolição do califado por Kemal Atatürk, líder da revolução dos “Jovens Turcos”. Na década de 20, Hassan al-Bana criou a Irmandade Muçulmana, com o objetivo de aglutinar os fiéis em uma comunidade transnacional (*ummah*). Neste ponto é necessário levar em conta a distinção entre o conceito de “islamismo político” e o de “fundamentalismo”. O primeiro compõe-se dos movimentos e partidos que têm o Islã como base de uma ideologia política, enquanto o “fundamentalismo” é um movimento teológico que surgiu no Egito no começo de século XX, dirigido para uma volta aos fundamentos do Islã, expressos em seus textos sagrados.

O termo “fundamentalismo”, surgido no cristianismo, presta-se a muita confusão. Sua origem se encontra no protestantismo americano, em meados do século XIX, e mais tarde foi formalizado em uma coleção de livros, *Fundamentals: a testimony of the truth*. Era uma tendência de fiéis, pregadores e teólogos que tomavam as palavras da Bíblia ao pé da letra. Se Deus consignou sua revelação no livro sagrado, então cada palavra e cada sentença deveriam ser verdadeiras e imutáveis. Esses protestan-

tes, assim como seus seguidores contemporâneos, opunham-se às interpretações da chamada “teologia liberal”, que procuram atualizar o sentido dos textos escritos há milênios. Tal procedimento, para os fundamentalistas, é ofensivo a Deus. Por isso, eles também repudiam os atuais conhecimentos da história e das ciências, especialmente da biologia (Darwin), que possam questionar a “verdade bíblica”.

É essa visão “paroquial” que o Ocidente estaria tentando, agora, aplicar ao Islã. A ênfase no “fundamentalismo” islâmico tem sua raiz na profunda hostilidade que o Islã tradicionalmente desperta entre os cristãos e, mais recentemente, na idéia de que, com a queda do comunismo, o islamismo político emergiu como “o novo inimigo”. O conceito de “fundamentalismo islâmico” designa hoje a aspiração da instauração de um Estado islâmico, da introdução da *charia*, do direito islâmico e das normas do profeta Muhammad e dos primeiros quatro califas, sem, no entanto, renunciar aos benefícios da técnica moderna. O islamismo político, aí incluído o chamado “fundamentalismo”, foi uma presença constante, com maior ou menor força, na luta política das nações árabes e orientais durante todo o século XX.

Muitos estudiosos já assinalaram que, apesar de basear-se no passado e nos símbolos tradicionais, o idioma e as políticas dos fundamentalismos podem ser considerados uma forma de ideologia contemporânea, que usa os tópicos clássicos com fins contemporâneos. A função dessa ideologia seria a de estabelecer uma *identidade*, ou seja, definir o que “nós”, o povo ou a comunidade, somos e, igualmente, o que “nós” não somos. Essa proposta inclui a construção



de uma história “legítima” (com seus atos heróicos, traições e opressões), uma moralidade de luta e de sacrifício, um programa de mobilização e conquista do poder e, na fase final, o estabelecimento de um modelo de construção de uma sociedade nova, dentro do qual haverá um conjunto de princípios para legitimar a negação do poder para os que buscarem desafiar a ordem nova.

A ascensão do nacionalismo

A Irmandade Muçulmana chegou a exercer influência significativa no Egito e na Palestina, mas entrou em decadência com o avanço do nacionalismo árabe a partir da década de 40. Em 1954, essa organização foi proibida pelo presidente egípcio Gamal Abdel Nasser, que constatou um conflito claro entre os objetivos dos nacionalistas árabes e os dos “fundamentalistas”. O pan-arabismo foi um movimento político envolvendo várias nações árabes, inspirado por Nasser, que derrubou a monarquia egípcia em 1952 no bojo de um movimento nacionalista. Enquanto o pan-arabismo se projetava internacionalmente, no contexto da descolonização e do surgimento do Movimento dos Não-Alinhados, uma discussão se desenvolvia no interior da Irmandade Muçulmana. O resultado foi sua divisão em duas linhas. Uma delas, chamada de neotradicionalista, adotou como linha de conduta a não-violência e a busca da “islamização das bases da sociedade”. A outra ala, a “radical”, defendia uma islamização pela conquista do poder. Em 1958-1959, a linha “radical” se uniu, na Palestina, ao movimento nacionalista Al-Fatah (laico), encabeçado por Yasser Arafat.

As décadas seguintes foram marcadas pela crescente disputa pelo controle da produção e distribuição de petróleo, pelo agravamento do conflito árabe-israelense e pelo fortalecimento do nacionalismo árabe, que passou a buscar o alinhamento com a União Soviética como contrapeso aos regimes conservadores patrocinados pelos Estados Unidos. No embate contra os nacionalistas, os EUA patrocinaram ou fomentaram o fundamentalismo islâmico durante mais de 30 anos. Na maioria dos países – embora com exceções, como os xiitas no Irã – as organizações “fundamentalistas” serviram como forças de choque de ditaduras e outros regimes re-

pressivos patrocinados pelos americanos. Chamam a atenção, na tumultuada relação entre o islamismo e os interesses dos EUA, as trajetórias contrastantes dos combatentes do Islã em dois países: o Afeganistão e o Irã. Com a invasão soviética do Afeganistão, em 1979, os EUA passaram a financiar os guerrilheiros da Al-Qaeda, de Osama bin Laden, que eram chamados pelo presidente Ronald Reagan de “combatentes da liberdade”. Por meio de um esquema milionário organizado pela CIA (o serviço secreto dos EUA), grupos como a Al-Qaeda recrutaram militantes em mais de 30 países, cresceram e enriqueceram. Os aliados afegãos de Bin Laden, os talibãs, chegaram ao poder em 1996. Foram os EUA, por meio da Arábia Saudita e do Paquistão, que deram o sinal verde para que a seita inaugurasse seu reinado de terror. Na década de 90, a criatura – a Al-Qaeda – se voltou contra seu criador, por discordar da ocupação militar da Arábia Saudita pelos americanos, iniciada em 1990 por ocasião da Guerra do Golfo e mantida até hoje.

A revolução dos aiatolás

A Revolução Iraniana, por sua vez, pode ser chamada de uma “revolução reacionária”, embora tenha derrubado o principal agente dos EUA para ►

O aiatolá Khomeini, líder espiritual da Revolução Iraniana



© Gabriel Duval/AFP

QUANDO A FÉ VIRA UMA ARMA



© Jelf Christensen/AFP

o Oriente Médio e a Ásia Central, o xá Reza Pahlevi. Em 1978, uma série de protestos, iniciada com um ataque à figura do aiatolá Ruhollah Khomeini na imprensa oficial do país, criou um ciclo ascendente de lutas, até que, em 12 de dezembro, cerca de 2 milhões de pessoas inundaram as ruas de Teerã para protestar contra a monarquia. O exército começou a se desintegrar, na medida em que os soldados se recusaram a atirar nos manifestantes e passaram a desertar. O xá concordou em introduzir uma Constituição mais moderada, porém era tarde para isso. A maioria da população já era leal a Khomeini e, quando ele pediu o fim completo da monarquia, o xá foi forçado a abandonar o país, em janeiro de 1979. Khomeini retornou do exílio na França e proclamou a República Islâmica do Irã. Em agosto, o novo regime anulou os acordos de compras de armas aos EUA e interrompeu o fornecimento de petróleo para esse país. Em dezembro, Khomeini ditou uma nova Constituição islâmica (teocrática).

A evolução posterior da Revolução Islâmica mostra uma tendência crescente ao pragmatismo, afastando-se do fundamentalismo religioso. No

O “marco zero” em Nova York, local onde antes ficava o World Trade Center, em 30 de setembro de 2001

O “terrorismo islâmico” nasce da decomposição da rede armada criada pelos EUA para isolar o Irã e acabar com a URSS

início das pregações de Khomeini, era recorrente um discurso de ataque à elite iraniana corrupta e decadente, influenciada pelos ocidentais. Os principais *slogans* de Khomeini no governo – a república islâmica, a revolução, a independência, a auto-suficiência econômica – eram os objetivos mais habituais do nacionalismo terceiro-mundista. O termo dele para o imperialismo, *istikbar-i jahani*, “a arrogância do mundo”, era coerente com as tradições do Islã – e não era uma descrição ruim. Porém o que Khomeini disse e o que fez, uma vez que chegou ao poder, deixaram patente a primazia da *realpolitik* em sua política interna e internacional.

Desse modo, embora Khomeini começasse por denunciar o patriotismo e a identidade iraniana, terminou por invocar o Irã e o conceito de pátria quando o país foi atacado pelo Iraque em 1980. Mais interessante ainda é o fato de que, pouco antes de sua morte, em 1989, enunciou um princípio novo de comportamento político, baseado na primazia do *maslahat*, ou interesse. De acordo com isso, o que devia preocupar eram os interesses do povo e do Estado, não as prescrições formais da religião. Em situações de conflito entre ambos, eram os interesses do Estado os que prevaleceriam. Não era possível dar uma enunciação mais clara do princípio secular da “razão de Estado”.

A expansão do Islã político

Na década de 90, a expansão do islamismo político continuou, generosamente subsidiada pelos petrodólares. O Ministério da Coexistência Religiosa, da Arábia Saudita, concede 10 bilhões de dólares anualmente para instituições de propagação do Islã no mundo. Uma delas, a Zakat, dedica parte desses fundos à ajuda social e trabalhos humanitários. No entanto, outra porção passou a engrossar as arcas de várias organizações, inclusive as chamadas “terro-





© Saeed Khan/AFP

Manifestante paquistanês empunha cartaz com o retrato de Osama bin Laden em manifestação contra os EUA em 1999

ristas”: o Hamas (da Palestina), o grupo do próprio Bin Laden e os *mujahidin* de Bósnia, Chechênia e Afeganistão. Em 1989, na Palestina, o Movimento da Resistência Islâmica (Hamas) passava a liderar a Intifada. No Sudão, a Frente Islâmica Nacional, comandada por Hassan al-Turabi, conquistava o poder por meio de um golpe de Estado. Na Argélia, a Frente de Salvação Islâmica (FIS) ganhava as primeiras eleições livres desde a independência do país. Sua vitória foi respondida com um golpe militar, que instaurou uma ditadura laica, no poder até hoje. Na Palestina, o Hamas tem a seu favor uma enorme rede beneficente na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Nas eleições de 2005, “o Hamas”, nas palavras de um analista, “não venceu porque prometeu varrer Israel do mapa. Venceu porque prometeu resolver alguns dos terríveis desequilíbrios e as caóticas distorções que vêm definindo a sociedade interna palestina nos últimos anos”. E não é o menor dos paradoxos que a fundação do Hamas, em 1988, fosse bem-vista pelos políticos israelenses, que viam no grupo um contrapeso à influência da Al-Fatah.

O chamado “terrorismo islâmico” surgiu, claramente, como produto da decomposição da rede armada pelos EUA para isolar a Revolução Iraniana e dar o golpe de misericórdia à URSS. Isso não significa que não fosse capaz de formular suas próprias bases ideológicas. A ideologia dos “fundamentalistas” busca, supostamente, criar um Estado islâmico baseado nos princípios teológicos. A corrente principal dessa ideologia repousa em exemplos nostálgicos da sociedade nômade, na qual a forma mais alta em economia era o capitalismo mercantil. Alguns eruditos islâmicos (ulemás) tentaram interpretar os fundamentos da teologia corânica nas sociedades e economias dominantes nos últimos 1.300 anos. Embora existam diferenças de interpretação entre ulemás de seitas diferentes, nenhum deles tem uma alternativa definida ao sistema capitalista. Uma teologia de mais de um milênio de antiguidade pode, obviamente, ser interpretada de muitas maneiras. Historicamente, os capitalistas e grandes proprietários de terra usaram os professores de islamismo reacionários e a teologia islâmica como meio de defesa de seus interesses de classe.

Segundo o islamólogo Eqbal Ahmad, professor de estudos árabes na Faculdade Hampshire (em Amherst, EUA), há uma deturpação do Islã cometida por absolutistas e tiranos fanáticos, cuja obsessão por regulamentar o comportamento pessoal promove “uma ordem islâmica reduzida a um código penal, destituída de seu humanismo, sua estética, suas buscas intelectuais e sua devoção espiritual”. Os islamitas modernos, segundo Ahmad, “estão preocupados com o poder, em vez de com a alma – em ▶



QUANDO A FÉ VIRA *UMA ARMA*



mobilizar pessoas para objetivos políticos, não para dividir e aliviar suas dores e seus anseios. As prioridades deles são extremamente limitadas e se dão em um contexto restrito pelo tempo”.

A tragédia palestina

O fracasso do nacionalismo secular árabe-palestino levou ao fortalecimento do nacionalismo religioso. O Hamas, por exemplo, elaborou uma resposta ao Estado sionista via “Estado islâmico”. Desde a primeira Intifada, no final da década de 80, o movimento de caráter religioso vem se fortalecendo. Isso tem a ver com a capitulação da direção da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), que se identificou com os Acordos de Oslo e aceitou se submeter aos ditames dos EUA. Mas, quando se analisam os atentados cometidos na luta antiisraelense, é necessário distinguir os atos violentos (e até suicidas) de autodefesa elementar da organização de uma prática sistematicamente

Muçulmana vota em 1990 na Argélia, nas primeiras eleições livres desde a independência do país, em 1962

orientada para os atentados, como faz a Al-Qaeda. Os ataques suicidas palestinos não são produto do “fundamentalismo palestino” ou de qualquer outra causa ideológica. Esses ataques são a reação extrema de uma população que vive em um grande campo de concentração às condições insuportáveis de opressão política e econômica. Claramente, os atentados suicidas não podem acabar com a ocupação e a opressão sionista. Em geral, eles só têm como resultado o assassinato de inocentes civis, assim como de palestinos que moram em Israel. Também estão levando à liquidação física de uma geração inteira de militantes, cuja dedicação e talento são necessários para construir uma sociedade nova, sem exploração, nas ruínas do regime atual.

Tanto na Palestina quanto no Iraque sob a ocupação americana ou no Líbano dilacerado pelas divisões étnicas e religiosas, os impasses atuais conduzem a uma única conclusão: a constituição de uma república secular faz parte de uma transformação profunda do Oriente Médio, não de uma nova fase de Estados nacionais nas mãos da economia capitalista mundial. A libertação do povo árabe do atraso e da opressão ancestral supera as possibilidades dos movimentos nacionais e os limites do Estado burguês. Não estamos mais no tempo do despertar nacional, mas de uma crise que envolve o capitalismo em escala planetária. É inútil procurar no Corão os alicerces de uma alternativa social, política e econômica ao atual estado de coisas. Qualquer interpretação “islâmica” da economia e das políticas modernas está incompleta por causa da real natureza das relações econômicas e políticas da sociedade contemporânea. O direito à propriedade privada e ao benefício (lucro) é aceito nos dogmas básicos do Corão. Paradoxalmente, o livro sagrado também prega a igualdade e a fraternidade – uma contradição insolúvel, com a qual o sentimento religioso que hoje move a luta dos militantes islâmicos contra a dominação ocidental vai, mais cedo ou mais tarde, se deparar.



© Abdelhak/AFP

Oswaldo Coggiola é professor de história contemporânea na USP e doutor em história comparada das sociedades contemporâneas pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, de Paris, França. É autor de História e revolução (Xamã), entre outros livros.